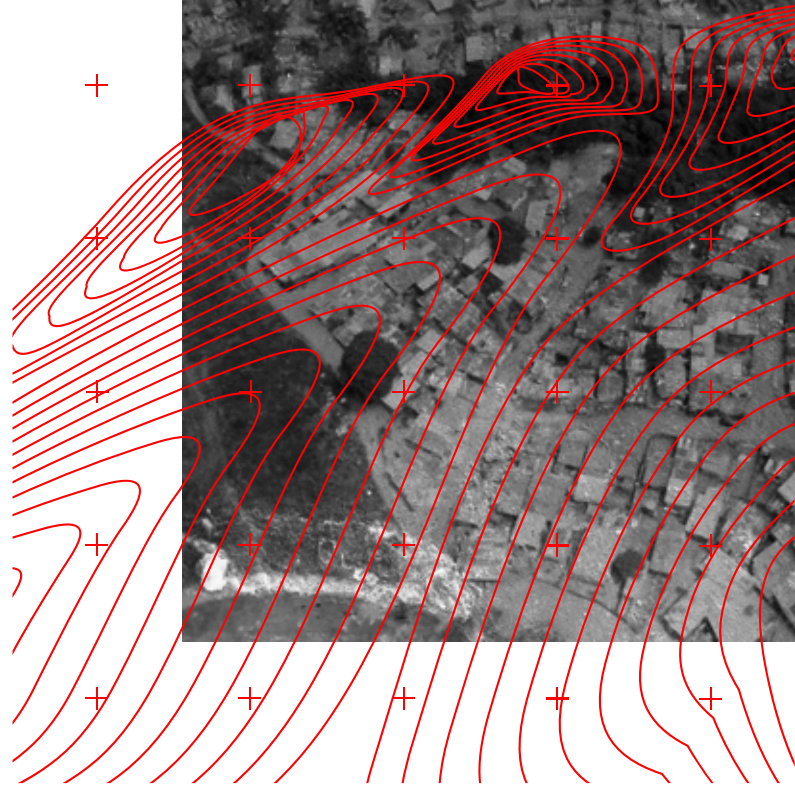


-23.759856436519428, -46.68201758433499

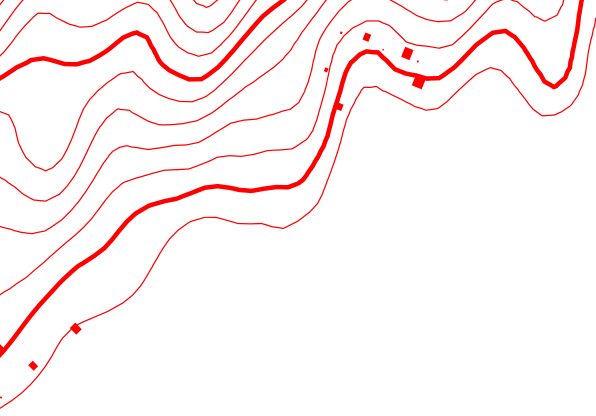


-23.761864093730857, -46.68357876127521

MAPA

NÃO É

TERRITÓRIO



Um mapa não é o
território que
representa, mas, se
correto, tem uma
estrutura semelhante ao
território que explica
sua utilidade. O que
isso significa é que
nossa percepção da
realidade não é a própria
realidade, mas nossa
própria versão dela ou
nosso mapa.

Alfred Korzybski





-23.751684435693272,

-46.682573052141365

Sumário

-46.683399172550914

<u>SINOPSE</u>	4
<u>FORMATO</u>	4
<u>JUSTIFICATIVA</u>	5
<u>OBJETIVO</u>	8
<u>OBJETOS CINEMATOGRAFICOS</u>	8
<u>ABORDAGEM DOS OBJETOS</u>		
<u>CINEMATOGRAFICOS</u>	10
<u>PROAC</u>	12
<u>CONTATO</u>	13

SINOPSE

O mapa não é o território é um documentário sobre a disputa pela posse de um terreno de 10 alqueires situado na região da Guarapiranga, próximo à Área de Preservação Ambiental (APA) do Bororé. O documentário procura, em sua forma fílmica, concretizar o conflito entre as diversas representações mentais a respeito deste mesmo espaço. Em foco, o jogo de forças entre as famílias sem teto, o poder público, urbanistas, arquitetos, grileiros, agentes sociais e ambientalistas que lutam para implantar seus respectivos projetos e visões de mundo. Em jogo, o direito à moradia, o valor da natureza, a propriedade privada patrimônio e o viver em comunidade. O filme não se propõe a trabalhar com noções de certo e errado, mas a ver a cidade como local de mediação, conflito e composição entre vozes dissonantes - sendo que uma destas forças, a natureza, tem uma maneira própria de se manifestar.

FORMATO

Documentário longa-metragem com uma edição extra em média metragem.

JUSTIFICATIVA

No final dos anos 1970, uma construtora compra uma área na região do Grajaú, próxima da represa Guarapiranga, com planos de futuramente incorporar. O terreno de 10 alqueires tem 70 % de cobertura vegetal nativa e três nascentes que dão origem a um córrego que alimenta o reservatório, constituindo uma Área de Proteção Permanente (APP), além da vizinhança com a APA do Bororé. Anos depois, com a lei de proteção aos mananciais e diante da impossibilidade de uso comercial, a construtora

doa o terreno para o Instituto Anchieta Grajaú (IAG), que é constituído a fim de implantar ali um projeto social para atender à região, cujos moradores têm um perfil de alta vulnerabilidade sócio-econômica. O IAG torna-se proprietário da área, a responsabilidade pela gestão do terreno sendo exercida pelos tutores do Conselho. É feita a catalogação das espécies existentes e o plantio de mudas nativas. As instalações físicas do Instituto ocupam 305 do terreno, o resto é floresta.

Em 2013, o terreno é invadido, parte da mata é



Imagem aérea do IAG e da área em disputa



Entrada do IAG

grilada e desmatada, incluindo a vegetação da APP. Os lotes são vendidos e forma-se um assentamento, inaugurando um conflito entre o IAG (tutores e colaboradores), o Poder Público (Prefeitura e Ministério Público) e as famílias residentes na ocupação. Os interesses não coincidem: a

Prefeitura exige o cumprimento da Lei ambiental, os tutores do Instituto se veem diante da responsabilidade frente ao uso do terreno e da destruição da APP, as famílias se organizam em comunidade segundo lógica própria.

O terreno permanece numa situação jurídica instável por mais de 7 anos, quando o Instituto opta por apoiar a auto-urbanização do assentamento, promover a construção de uma UBS e dar continuidade às ações sociais e ambientais. Em 2019 a ONG Peabiru é chamada para mediar a conciliação entre a associação de moradores e o IAG. Inicia-se uma negociação, ainda em curso, entre os distintos projetos de urbanização e legalização da área defendidos pelos vários polos do conflito, que passam a incluir também a visão da ONG Peabiru.

A história dos usos e destinos da antiga fazenda movimenta uma enorme carga emocional nas pes-

soas envolvidas, no peso das instituições e de seus representantes (que também são pessoas emocionadas pelo que fazem) e no lastro da teoria social e urbanística, possibilitando uma abordagem interessante de temas graves: remete à disparidade social, ao modo como nos relacionamos com a natureza original do país e como entendemos (ou não) o que cabe às esferas pública e privada. O experimento de conciliação em curso, quase operístico, aponta também para o futuro: quais são os acordos possíveis? E como representa-los na própria forma do filme? Como estabelecer na estética das imagens a questão dos mapas mentais que são projetados sobre um território concreto? Ao mesmo tempo, ao aprofundar as dissonâncias internas aos grupos, o filme levanta aspectos que escapam ao senso comum, abrindo uma nova perspectiva sobre o tema no conteúdo e na linguagem cinematográfica.

Crianças brincando na ocupação Anchieta Grajaú



OBJETIVO

A proposta é construir uma narrativa que dê conta de expor o ponto de vista dos vários campos do conflito, sem esquecer as divergências internas no seio de cada um. O tema do filme é, desta forma, “como” o pacto social se estabelece e quais jogos de poder estão envolvidos no processo. Dada a complexidade do assunto e a inviabilidade de estabelecer uma verdade totalizante (visto que depende do ponto de vista de cada um), vamos dar ao espectador elementos para tirar suas próprias conclusões, alimentando o necessário debate.

OBJETOS CINEMATOGRAFICOS

Personagens reais: moradores do assentamento Moacir, Elenilson Buiú, Anderson Ferreira Maciel, Jeni, Plínio Palmeirense e Kelly; o arquiteto Roberto Loeb; a bióloga Rosana Vazoller; Antonieta Felmanas, uma das fundadora do IAG; Leda e Alemão, funcionários do IAG; Caio Santoamore e Nunes Lopes dos Reis da ONG Peabiru; Gil Salama, ativista ligado ao MSTC e ex-funcionário do IAG; Carolina Nunes Pannain Gioia, Defensora Pública, e João Farias, Secretário de habitação de Prefeitura de São Paulo.

Cartografia: mapas, plantas, desenhos e outros materiais gráficos que visam esquematizar o uso/ocupação da área (fazenda, APA, urbanização)

Material de arquivo: fotos e mapeamento aéreo

APA Bororé-Colônia



da área desde os primeiros registros. Incluindo a APA do Bororé.

A rotina da comunidade: fluxos de trabalho, crianças que vão para a escola, o pequeno comércio local, as assembleias de moradores, as festas, os cultos, etc

A rotina dos equipamentos urbanos: UBS e Escola

A rotina do IAG: creche, salas de aula, escola de cozinha, refeitório Sodexo, SASF, etc



Secretaria do IAG

A lei e os processos: as obrigações legais dos responsáveis pelo terreno e os trâmites necessários para a legalização dos lotes

Natureza: plantas, água, bichos e clima

Espaço sonoro: da proximidade com a avenida à beira do córrego

Espaço físico: o assentamento, as nascentes, a mata e as instalações do IAG.

Representações mentais: o entendimento que cada grupo/pessoa têm do conflito e do território em disputa

ABORDAGEM DOS OBJETOS

CINEMATOGRAFICOS

Personagens reais: entrevistas e cinema de observação. As entrevistas poderão ser editadas apenas na fala, de modo a gerar uma orquestração de vozes.

Cartografia: inserida como objeto de cena (manuseado por alguma personagem) ou material de arquivo editado em fusão com imagens do espaço (construções do assentamento e IAG), ou projetada no próprio espaço (construções do assentamento e IAG) e então filmada.

Material de arquivo (imagens e filmes): inserido como objeto de cena (manuseado por alguma personagem, por exemplo numa tela de celular) ou editado em fusão com imagens do espaço (construções do assentamento e IAG), ou projetado no próprio espaço (construções do assentamento e IAG) e então filmado.

A rotina da comunidade: cinema de observação

A rotina dos equipamentos urbanos (UBS, Escola): cinema de observação. Vamos acompanhar um/a residente do assentamento em sua visita à UBS e a rotina das crianças indo para a escola.

A rotina do IAG (creche, salas de aula, escola de cozinha e refeitório Sodexo): cinema de observação. Vamos acompanhar um/a residente do assentamento frequentando as instalações do IAG

A lei e os processos: relato por meio de entrevistas, material de arquivo editado em fusão com imagens do espaço (construções do assentamento e IAG), ou projetada no próprio espaço (construções do assentamento e IAG) e então filmada

Natureza (plantas, água, bichos e clima): imagens trabalhadas também de forma a desnaturalizar, alterando cor e textura de modo imprimir um significado fora do habitual

Espaço sonoro: captação a ser feita nos ambientes mais significativos do assentamento e do IAG (criação de ambiente sonoro baseado no trabalho R.U.A <https://vimeo.com/63506037> Time Code 4"00 a 5"20 - "partituras urbanas")

Espaço físico: belos planos de arquitetura e organização do espaço, valorizando as linhas, volumes e composições.

Representações mentais: Imagens de uma arqueologia referenciada na pesquisa do coletivo Boyle Family (vide referências nos links abaixo)

<https://www.boylefamily.co.uk/boyle/about/>

<https://www.nationalgalleries.org/art-and-artists/artists/boyle-family-mark-boyle-joan-hills-sebastian-boyle-georgia-boyle>

<https://www.tate.org.uk/art/artists/mark-boyle-797>

<https://www.luhringaugustine.com/exhibitions/boyle-family#tab:thumbnails>



PROJETO APROVADO NO PROAC

Aprovação publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo na edição 27 de outubro de 2022, página 56.

-23.761684435693272, -46.503399172550914

UNIDADE DE FOMENTO À CULTURA

COMISSÃO DE ANÁLISE DE PROJETOS - CAP
ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 25.10.2022

Após análise e discussão a CAP - Comissão de Análise de Projetos decidiu pela **APROVAÇÃO** dos projetos abaixo relacionados, nos seguintes segmentos:

VÍDEO

Proponente: Eme Filmes Ltda
Projeto: O Mapa Não É Território
Código: 31955
Valor: R\$ 990.550,00



CONTATO

João Noronha

 11 98273 2220

 rnproducoesartisticas@gmail.com

